

## **Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb: concepções e práticas na perspectiva de Gramsci**

**Rose Cléia Ramos da Silva (UFMT/UFF)**

**Maria das Graças Martins da Silva (UFMT)**

### **Resumo**

Este estudo busca compreender a perspectiva gramsciana sobre os conselhos revolucionários, para analisar o funcionamento do Conselho de Acompanhamento e Controle Social (Cacs) do Fundeb, no município de Campo Verde – MT. Depreendemos do postulado de Gramsci que os conselhos podem ser considerados canais de efetiva democratização do Estado e da sociedade civil. Os conceitos de hegemonia, Estado e sociedade civil ampliam as categorias do materialismo histórico permitindo à filosofia, sua plena materialização quanto à práxis revolucionária. Nessa perspectiva, Gramsci elabora conceito de hegemonia intrinsecamente relacionado ao conceito de guerra de posição, pois se trata da força que se revela, permanentemente, nas trincheiras das grandes organizações populares. Trata-se de um conceito que se opõe à concepção de hegemonia burguesa imposta às classes subalternas. Para Gramsci a hegemonia das classes trabalhadoras é como sêmem da democracia popular. Ele compreende que nesse movimento, os grupos dirigidos devem ter igual condição aos grupos dirigentes de mobilidade para a direção moral e intelectual da sociedade. Entendemos que a íntima ligação entre hegemonia e democracia, presente no pensamento gramsciano, traduz-se em referência fundamental para a racionalidade coletiva com relação ao necessário processo de autonomização dos conselhos. Esse fundamento ganha dimensão nas relações sociais capitalistas, em razão de que os conflitos próprios da divisão de classes levam a que os grupos hegemônicos apropriam-se de estratégias pedagógicas para a educação consensual das massas, com o propósito de mantê-las na condição de classes subalternas. Gramsci propõe à sociedade civil tornar-se superior ao complexo do Estado-coerção – para ser sociedade regulada; nesse sentido a seu ver a reconstrução da sociedade pautada no socialismo requer a superação dos limites de nossa cultura eivada dos valores do capitalismo. Hoje, não há como negar que os conselhos institucionalizados são também espaços férteis de uma nova sociabilidade. Todavia, é prudente avaliarmos o seu potencial democrático e os seus limites. No Brasil, os conselhos aparecem, no plano de implementação das políticas públicas, como uma importante novidade e conquista das reivindicações populares. Nessa direção, entendemos como essencial o papel mediador dessas instâncias no âmbito da relação Estado/sociedade civil. O fato de os conselhos estarem inscritos na Constituição de 1988 deve ser valorizado, sobretudo em função de suas possibilidades de elevação do nível de consciência social das classes populares, quanto à garantia de cidadania. Mas é preciso pautar a transformação do modelo político, econômico e cultural vigente, pois em que pesem as dificuldades para a superação das contradições reveladas pelas políticas públicas e educacionais vigentes, os conselhos podem provocar uma nova cultura de participação efetiva. Até o presente momento, os resultados parciais desta pesquisa, a qual utiliza a metodologia de estudo de caso, com a abordagem de pesquisa qualitativa, permitem-nos constatar que há uma grande distância da perspectiva dos conselhos revolucionários para a perspectiva presente nas concepções e práticas dos sujeitos que compõem o Cacs em estudo. A respeito da opção metodológica, as técnicas da pesquisa foram entrevistas semi-estruturadas, questionários, análise de documentos como atas de reuniões, leis, portarias e outros. Além disso, quatro reuniões do Cacs foram observadas nos anos de 2009 e 2010. Acerca dos depoimentos, vale informar que foram entrevistados: onze conselheiros titulares do Cacs, dois suplentes e quatro sujeitos, membros do conselho em gestões passadas. Ouvimos também a opinião de dirigentes do Poder local, o Prefeito atual do município e o Secretário Municipal de Educação. Dentre os dados já analisados destacamos alguns pontos que sustentam a nossa argumentação: 1) dos segmentos do Cacs em estudo, os representantes estatais apresentam ser hegemônicos quanto aos encaminhamentos e decisões do órgão e isso, se traduz em não efetividade de participação de outros segmentos sociais e não-estatais, uma prática que tem fragilizado a democracia na dinâmica do conselho; 2) a maioria dos conselheiros afirma ter muita dificuldade para sua atuação no órgão, o argumento é a falta de capacitação para o desempenho de suas funções (a capacitação referida é acerca dos conhecimentos de nível técnico-contábil) o que consideramos imprescindível para o acompanhamento e controle social dos gastos dos recursos do Fundeb; 3) na ótica dos conselheiros a participação neste conselho é uma função muito importante, mas contraditoriamente, em seus depoimentos revelam não terem a dimensão do potencial de democratização de suas funções, numa perspectiva de democracia popular - a despeito de estarem ali como representantes - não se preocupam em socializarem com os seus representados aquilo que resulta do processo decisório por eles deliberado. Diante do exposto, afirmamos a perspectiva de democracia popular presente no postulado da teoria

gramsciana e apontamos a necessidade de transformação política, social e cultural da realidade presente na direção de uma nova sociedade fundada nos valores socialistas.

**Palavras Chaves: Conselhos de Acompanhamento e controle social; Fundeb; democracia popular**

## **Introdução**

O presente estudo trata da perspectiva gramsciana dos conselhos no que se refere à participação e a cidadania na esfera das políticas públicas; nesse sentido, tem como objetivo, inicialmente, compreender como Gramsci pensou a auto-organização das classes subalternas para a sua hegemonia na sociedade civil. A partir dessa compreensão pretende-se relacionar a potencialidade de Conselho de Acompanhamento e Controle Social (Cacs) do Fundeb à concepção de democracia, participação e socialização do poder revelada pelos conselheiros desse órgão. Em tal percurso, pergunta-se: na dinâmica de um Cacs é possível criar uma nova cultura de participação com a dimensão de efetiva democratização do Estado e da sociedade civil?

Neste estudo utilizou-se como metodologia o estudo de caso e para fins deste texto são apresentados resultados parciais da pesquisa teórico-empírica. A fim de levantar informações acerca da concepção sobre democracia, participação e da função do conselho para a sociedade, entrevistou-se todos os conselheiros titulares, dois suplentes, o atual prefeito do município, o secretário de educação, a ex-secretária de educação, coordenadores atuais e ex-coordenadores da secretaria e, por fim, professores e usuários da rede pública. Além da entrevista foi utilizada também a análise documental de leis, portarias e determinadas atas das reuniões do Conselho.

O presente texto organiza-se da seguinte forma: inicialmente, aborda o pensamento gramsciano e sua contribuição para a teoria dos conselhos revolucionários, a seguir expõe e analisa os dados coletados; nas considerações finais, relaciona a perspectiva dos conselhos revolucionários com a perspectiva apresentada pelos entrevistados, o que permitiu evidenciar as contradições em pauta.

As ações do Conselho estudado evidenciam uma perspectiva de democratização como mero instrumento jurídico-normativo que tem seu pressuposto na reforma do Estado brasileiro iniciada em 1995. Essa reforma desdobrou-se em outras, como a da educação, a qual provocou muitas alterações na política educacional e de financiamento. Em 1996, a EC 14 criou o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (FUNDEF), o qual foi regulamentado pela

Lei 9.424, de 1996 e pelo Decreto 2.264/97.

A política do Fundef direcionou-se para o atendimento universalizado do ensino fundamental, pautado na redistribuição de recursos oriundos dos principais impostos de cada Estado a seus municípios. Em 2006, decretou-se o fim do Fundef, após dez anos de vigência. Nesse mesmo ano, a EC 53 criou o Fundo de Manutenção da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), regulamentado pela Lei 11.494/2007 e pelos Decretos nº 6.253 e 6.278, ambos de 2007. Com término previsto para o ano de 2020 o Fundeb terá vigência por 14 anos, tendo o propósito de promover a redistribuição dos recursos públicos para a educação básica.

A novidade dessa legislação (Fundef e Fundeb) para o chamado controle social da sociedade civil está na instituição dos cacs criados pelo Fundef, como se pode confirmar na Lei 9.424/96, Art. 24. Atualmente, com o Fundeb, a Lei 11.494/2007 traz em seus artigos 4º e 5º a prerrogativa de criação, composição e funções dos conselhos.

O estudo empírico tomou como base a concepção dos conselheiros do Cacs do Fundeb do município de Campo Verde – Mato Grosso quanto à função que exercem dentro do órgão. No que tange à atuação dos conselheiros propõe-se a uma reflexão a respeito da potencialidade do Conselho nas relações de mediação do Estado com a sociedade com vistas à democratização de ambos. O diálogo com Gramsci oferece elementos fecundos de análise da realidade para compreendermos os limites e propormos avanços para os Cacs do Fundeb.

### **Os conselhos na perspectiva revolucionária gramsciana**

Ao estudar e analisar o movimento histórico da Itália na década de 1920, Gramsci compreende que o Direito, na perspectiva do Estado Moderno, ideologicamente, constitui as raízes da divisão social. Essa perspectiva alimenta-se da ideia de que todos podem ter ascensão social e participar do processo político de forma igualitária. Na realidade, porém constata-se que a burguesia garante a dominação e se assegura como classe dirigente.

Ao perceber a importância da cultura e dos elementos fundamentais que a constitui, Gramsci criou e ampliou importantes conceitos que, iluminados a partir de uma elaboração crítica sobre a filosofia clássica e com base nos pressupostos teóricos de Marx e Engels do materialismo histórico (compreendido posteriormente nos Cadernos do Cárcere como a própria filosofia da práxis), apontam caminhos para o fortalecimento

das classes subalternizadas, no processo das lutas sociais.

Depreende-se da teoria de Gramsci (1989, 1999, 2004) importantes categorias para a identificação dos conceitos centrais do seu pensamento, tais como hegemonia civil, Estado ampliado e sociedade civil. Os conceitos cunhados pelo autor para explicar o movimento dialético dessas categorias possibilitam à teoria gramsciana explicar a filosofia da práxis com muita propriedade.

Os principais conceitos desenvolvidos por Gramsci, em suas principais obras são: classes subalternizadas, bloco histórico, vontade coletiva, guerra de movimento e guerra de posição.

Classes subalternizadas são aquelas que constituem os grupos sociais explorados e oprimidos e têm sua história marginalizada com o domínio político e cultural da hegemonia de outros grupos.

A categoria bloco histórico<sup>1</sup> deve ser formado por intelectuais orgânicos que formam um grupo coeso em torno de uma ideologia, visando à emancipação das massas. A função desses intelectuais é a de elaborarem, junto com as massas, uma estratégia para a conquista da hegemonia. Tal estratégia requer acesso aos elementos educativos/pedagógicos que potencializam a formação de uma nova consciência crítica e revolucionária.

Conceitua-se vontade coletiva como a internalização da crítica à racionalidade do modo de produção capitalista (de suas cruéis formas de desapropriação dos resultados da produção) por parte das classes subalternas, para que possam, em conjunto, romper o senso comum e superar o modo de compreender e atuar em suas relações existenciais. Vale ressaltar que o senso comum, em Gramsci, é um conceito vinculado ao conformismo das classes subalternas quanto às suas condições materiais e experiências históricas.

Para Gramsci, guerra de movimento e guerra de posição tem um sentido estratégico fundamental para a conquista do Socialismo. Assim, em guerra de manobra ou de movimento, Gramsci inspirou-se em Lênin para compreender que o ataque frontal do proletariado contra os donos das indústrias e meios de produção não poderia ser igual nos países de capitalismo avançado.

A Revolução levada a termo constitui-se como uma guerra de manobra. Todavia,

---

<sup>1</sup> Trata-se de uma expressão cunhada por George Sorel (1847-1922), teórico sindicalista francês. Essa expressão foi utilizada também por Gramsci para explicar e propor uma estratégia revolucionária para as classes subalternizadas.

a guerra de posição caracteriza-se para Gramsci como a busca da hegemonia, promovida por um movimento organizado e dirigido por uma vanguarda de intelectuais empenhados na defesa e promoção das classes populares para a tomada do Estado, na devida apropriação das regras democráticas. Em outras palavras, a guerra de posição para Gramsci significa que, antes mesmo de ser consolidado como um regime socialista é possível que dentro de um regime “democrático-parlamentarista”, as classes em subalternas sejam hegemônicas e ocupem importantes espaços no aparelho do Estado, garantindo assim, a máxima ampliação da democracia nas instituições estatais.

Perry Anderson (2002) esclarece que para Gramsci “A Guerra de posição é, então, a luta da classe operária organizada para ganhar a hegemonia sobre a sociedade civil [...], por definição tácita, se funda em uma dominação sobre a formação social em seu conjunto”(p. 89).

A respeito da hegemonia das classes trabalhadoras, Gramsci pensa que, nesse movimento, os grupos dirigidos e os grupos dirigentes devem ter igual condição de mobilidade para a direção moral e intelectual da sociedade. Semeraro apreende que para Gramsci:

A hegemonia, afinal, tem íntima ligação com a democracia, entendida como forma de busca pública da verdade, como consenso obtido através duma escola permanente de liberdade e de autonomia, como construção duma racionalidade coletiva, animada pelas paixões e pelos afetos de indivíduos conscientes de suas diversidades. A hegemonia, então, não é a incorporação passiva das massas no Estado, sancionada só pelo sistema parlamentar, mas é acima de tudo a permanente movimentação de iniciativas que elevam a capacidade subjetiva e a participação dos indivíduos (SEMERARO, 2001, p. 90).

O Estado é sociedade política (com suas instituições estatais) mais sociedade civil (com as entidades privadas e públicas, como as escolas, as igrejas, os partidos políticos, os sindicatos, os meios de comunicação e etc...). Gramsci amplia o conceito de Estado ao explicar que na interligação entre a primeira e a segunda reside a hegemonia. Em suas palavras: “[...] o Estado = sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia revestida de coerção” (GRAMSCI apud SOARES, 2000, p.98). O conceito de Estado ampliado postula a Gramsci a condição de um dos maiores expoentes do Marxismo no século XX, e também, a de quem contribui com novas categorias, tornando a filosofia da práxis como um imprescindível construto teórico-metodológico das teorias revolucionárias.

O alcance de uma sociedade socialista e a consolidação da democracia não é possível somente com a tomada do poder por parte das classes subalternas. Na perspectiva de Gramsci, a sociedade civil torna-se superior ao complexo do Estado-coerção para ser sociedade regulada. No plano cultural as relações sociais são construídas na direção da construção de um Estado ético-popular.

Com relação às teses de Marx, merece atenção a forma como Gramsci ampliou também o conceito de sociedade civil. Assim como não se trata de um espaço sem conflitos sociais (como querem dissimular os liberais), Gramsci assevera que, deve acontecer a luta para a disputa da hegemonia popular. Dessa forma, a sociedade civil pode vir a ser uma arena privilegiada para a auto-organização das classes subalternas.

Semeraro (2006) observa que Gramsci elaborou um novo significado para a sociedade civil, pois se trata de um conceito cujas origens estão na tradição política burguesa e liberal. Em Gramsci esse conceito toma diferença da tradição jusnaturalista e isso o faz ir além da elaboração de Hegel, Croce e do próprio Marx. A sociedade civil para Gramsci transforma-se em uma arena na qual as classes subalternas também podem se organizar em associações e se articular. Por isso, elas têm possibilidades de confrontarem seus projetos ético-políticos e se lançarem na disputa pela hegemonia.

Nas relações capitalistas os conflitos próprios da divisão de classes sociais revelam que os grupos hegemônicos apropriam-se de estratégias pedagógicas para desenvolver a educação consensual das massas, com o propósito de mantê-las na condição de classes subalternas. É pertinente lembrar que Gramsci enfatizou que a separação entre sociedade civil e sociedade política não é orgânica, mas sim metodológica.

Nessa direção, a análise de Wood sobre as transformações teóricas acerca do conceito de sociedade civil, a partir de novas teorias da esquerda é muito pertinente:

Para Gramsci, o conceito de 'sociedade civil' deveria ser, sem ambigüidades, uma arma contra o capitalismo, nunca uma acomodação a ele. Apesar do peso de sua autoridade, invocada pelas teorias sociais contemporâneas da esquerda, o conceito, no seu uso corrente, já não exibe a mesma intenção inequivocamente anticapitalista. Ele adquiriu todo um conjunto de significados e conseqüências, alguns muito positivos para os fins emancipatórios da esquerda, outros muito menos. Os dois impulsos contrários podem ser assim resumidos: o novo conceito de 'sociedade civil' indica que a esquerda aprendeu as lições do liberalismo que aprendemos da tradição socialista acerca das opressões da sociedade civil. De um lado, os defensores da sociedade civil fortalecem nossa defesa de instituições e relações não-estatais para enfrentar o poder do Estado; e de outro, tendem a enfraquecer nossa resistência às coerções do capitalismo (WOOD, 2003, p. 208).

O pensamento de Gramsci se faz atual e abrangente para a discussão deste estudo. O respeito do seu legado deve-se a não considerá-lo um teórico apenas: ele foi também um ativista do socialismo ao colocar-se na luta pela transformação da realidade social. No cárcere, o sofrimento o motivou a construir fortuna intelectual hoje disponibilizada às classes subalternas, aos operários, aos trabalhadores, pois, há mais de setenta anos depois de sua morte, sua obra continua tendo valor inestimável para aqueles que defendem o projeto socialista.

Em razão de sua proximidade com a ideia dos conselhos como gênese da democracia, aprofundamos o nosso diálogo com Gramsci. Seu pensamento traduz-se em possibilidades de construção da hegemonia popular e de um Estado ético-popular. A partir de seu postulado encontramos no conselho o sêmem da teoria dos conselhos revolucionários.

A força do conselho consiste no fato de que ele adere à consciência da massa operária que quer se emancipar de modo autônomo, que quer afirmar sua liberdade de iniciativa de criação da história: toda a massa participa da vida do conselho e sente que, graças a essa sua atividade, passa a ter um peso (GRAMSCI, 2004, p. 370).

As alternativas propostas permitem-nos manter viva a chama da transformação política e cultural deste modelo de sociedade capitalista, que compete para excluir, produz para acumular e criar valores para a naturalização do individualismo.

### **O conselho de acompanhamento e controle social (Cacs) do Fundeb de um município do estado de Mato Grosso: qual perspectiva de democracia está se revelando?**

Aproximar a perspectiva de Gramsci sobre os conselhos na perspectiva dos conselhos de hoje, talvez pareça ilusório. Entretanto, tem-se o propósito é confrontá-las para que, assim, seja possível compreender as razões que levam os conselhos das políticas públicas a atuarem, na maioria das vezes, como um mero instrumento normativo.

Neste estudo, ao entrevistar os conselheiros do Cacs, questionamos se tinham consciência de suas funções e como o conselho poderia trabalhar para que a sociedade obtivesse informações sobre os gastos da verba da educação. Em suas respostas, os onze

conselheiros titulares afirmaram que é muito importante a função deles para o controle social do dinheiro público. Porém, ao informarem como atuam, identificamos que não há comunicação entre os conselheiros representantes e os sujeitos representados de cada segmento a respeito das deliberações do órgão.

Constatamos ainda, na leitura das atas, que as reuniões seguem uma rotina de apresentação das contas pagas com o auxílio da contadora da prefeitura, a qual, às vezes, é solicitada a prestar explicações acerca de determinados empenhos já pagos. Dos onze conselheiros titulares, nove afirmaram que se sentem “perdidos” quanto às explicações dadas no acompanhamento das contas pagas, como de praxe tem ocorrido. Nos relatos, alegam desconhecer como a prefeitura efetua os pagamentos das despesas da educação. Consideram que os assuntos discutidos requerem domínio técnico-contábil, e eles ainda não receberam capacitação para atuarem como conselheiros.

A presidente do conselho é uma professora da rede municipal de educação no município. Ao tratar sobre a capacitação para o exercício de sua função manifestou o que segue:

Tem coisa que vem no meu e-mail que eu passo para eles, e o convite do Tribunal de Contas veio no meu e-mail, mas eles disseram que não daria para me levar, agora teve um aqui da corregedoria, este sim, foi aqui e todo mundo fez. O que teve em Cuiabá do TC, claro que eu queria muito ir e participar, mas não vou tirar do bolso. O que eu sei é que eles estão loucos para que eu terminar logo este mandato e saia dali, isso eu sei (Presidente do Cacs, 2009).

Emerge em muitos momentos da pesquisa a tensão entre a presidente do Cacs e as representantes dos segmentos da administração local, como a representante da secretaria de educação e a representante do poder executivo, emerge em muitos momentos da pesquisa. Alguns conflitos identificados revelam que, o fato de a presidente ir tomando consciência de sua função e mostrar certo empenho em acompanhar os gastos da educação com os recursos do Fundeb gerou insatisfação em duas representantes do poder executivo local, as quais passaram a vê-la como intrusa e não aliada.

Na leitura dos documentos (atas das reuniões, leis e portarias) foram identificadas contradições, uma delas ligada ao fato de a organização do Conselho ser de responsabilidade da representante da Secretaria Municipal de Educação. Durante as reuniões notou-se que a representante da Secretaria lidera as discussões, além de organizar as reuniões, marcar data, horário e definir as pautas. Isso considerando, e

somado à leitura das atas e aos depoimentos prestados, conclui-se que a presidente ocupa uma função meramente figurativa.

A esse respeito, Gramsci, com o seu conceito de guerra de posição poderia orientar a superação de alguns limites. Os membros do Conselho deveriam ter a consciência de que o órgão, conforme determina a Lei do Fundeb, é desvinculado do poder público local. Mas conforme foi constatado os conselheiros não têm essa consciência.

A autonomia do conselho estabelecida em lei poderia fomentar a disputa do poder nos diversos momentos de embates. Porém, na perspectiva dos conselhos revolucionários abre-se uma permanente disputa pela hegemonia dos grupos que precisam de espaço para fazer suas reivindicações e para exercerem um controle social efetivo.

O depoimento de uma professora da rede municipal forneceu-nos elementos pertinentes para identificarmos outros problemas. Ela considera a representatividade dos conselheiros ilegítima, pois estes são sempre indicados pela Secretaria. Ademais pontuou diversas falhas no processo de composição do Conselho, como, por exemplo, o fato de o conselho tem uma função deliberativa frágil.

Já o atual secretário municipal de educação mostrou-se muito satisfeito com o desempenho do órgão. Ele elogiou o trabalho dos conselheiros e afirmou que ele, na qualidade de secretário, precisa do Conselho para não cometer erros. Em suas palavras, apresentou uma concepção ampliada sobre as relações do Estado com a sociedade. Todavia, os demais depoimentos revelam contradições com o que ocorre na prática em sua gestão e no funcionamento do Conselho.

Uma das contradições, vale ressaltar, está em que a presidente do Conselho, em outro depoimento revelou-nos não está sendo muito significativa a aprendizagem experienciada como conselheira. Ela sente que não está atuando como deveria, devido a retaliações que sofreu quando precisou cobrar dados da prefeitura; além disso, listou uma série de limites que parecem residir na disputa do poder que se encontra latente entre alguns segmentos polarizados dentro do órgão. Em outras palavras, trata-se da guerra de posições nos termos gramscianos.

Nessa guerra parece perder aquele conselheiro, por exemplo, que é professor da rede e precisa muito do trabalho. A presidente relatou que mesmo sendo concursada já sofreu prejuízos por ter manifestado algumas críticas à folha de pagamento da

prefeitura. Depreende-se desse fato que, os riscos de retaliações fazem alguns conselheiros recuar, ao invés de efetivarem uma atuação mais operante.

Os depoimentos revelam também que, devido ao fato de Campo Verde ser um município de pequeno porte, as questões políticas entre os grupos adversários são proeminentes. De acordo com a afirmação de alguns conselheiros, quem não votou no atual prefeito, pertence ao grupo da oposição e quem votou nele faz parte do grupo da situação. Em outros termos, ali estão concentrados dois grupos políticos polarizados, facilitando assim que sejam identificados. Dessa forma, o grupo adversário parece estar sempre sendo vigiado e colocado às margens do processo decisório da política.

Diante do exposto questionamos: como mudar a cultura do clientelismo e do patrimonialismo tão arraigada em nossa sociedade e, de forma mais acentuada, nos municípios pequenos? Que possibilidades Gramsci nos aponta para que a perspectiva de democracia dos conselhos revolucionários seja semeada entre os conselheiros de hoje?

O objetivo deste trabalho foi marcar um ponto de reflexão para as questões acima. Dialogar com Gramsci acerca desses impasses parece-nos uma grande possibilidade de fortalecimento das lutas sociais. Ser conselheiro do cacs hoje pressupõe a função de acompanhar e fiscalizar os gastos do dinheiro público com a educação básica. Compreendemos que, para exercer com efetividade essa função é preciso reconhecer-se como sujeito em busca da hegemonia popular e para a conquista dessa hegemonia é preciso lançar sementes para que a vontade coletiva se volte para a emancipação das massas.

#### Referências Bibliográficas:

GRAMSCI, António. *Os intelectuais e a organização da cultura*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

\_\_\_\_\_. *Cadernos do Cárcere*. V.1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

\_\_\_\_\_. *Cadernos do Cárcere*. V.2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

\_\_\_\_\_. *Cadernos do Cárcere*. V.4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006

\_\_\_\_\_. *Escritos Políticos*, vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

GRAMSCI, Antonio; BORDIGA, Amadeo. *Conselhos de Fábrica*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

PERRY, Anderson. *Afinidades Seletivas*. São Paulo: Boitempo, 2002.

SEMERARO, Giovanni. *Gramsci e a sociedade civil: cultura e educação para a democracia*. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

\_\_\_\_\_. *Gramsci e os novos embates da filosofia da práxis*. Aparecida, SP: Idéias e Letras, 2006.

SOARES, Rosemary Dore. *Gramsci, o Estado e a escola*. Ijuí, RS: Ed. da UNIJUÍ, 2000.

WOOD, Ellen Meiksins. *Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2006.